

Dr.
Fundação
Dr. Francisco Cruz
[Signature]

RELATÓRIO DE GESTÃO

2020

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	Fundação Dr. Francisco Cruz
Morada	Rua Dr. Francisco Cruz
Código postal	2260-226 Praia do Ribatejo
Localidade	Praia do Ribatejo - Vila Nova da Barquinha
DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	500122229
Classificação de atividade económica (CAE)	87301
Conservatória	Vila Nova da Barquinha

Relatório de gestão respeitante ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

Vem o Conselho de Administração da Fundação Dr. Francisco Cruz, apresentar o relatório de gestão, anexando-lhe o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo.

1. Evolução da atividade da entidade

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. Administração

Iniciou funções em 5 de Junho de 2018 o Conselho de Administração, formada por:

Maria Manuela de Jesus Inácio Maia Aranha;
Adelino dos Santos Amaral;
Benjamim dos Santos Abalada Reis;
Ana Maria Santarém da Cruz Portela Moreira;
Paulo André Gaspar Marques.

1.2. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31/dez/20	31/dez/19	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	69 333,77	67 107,58	2 226,19	3,32%
Fornecimentos e serviços externos	212 312,28	212 454,05	-141,77	-0,07%
Gastos com o pessoal	528 478,29	466 624,27	61 854,02	13,26%
Gastos de depreciação e de amortização	21 652,46	20 272,41	1 380,05	6,81%
Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00%
Provisões do período	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	392,53	319,89	72,64	22,71%
Gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00	0,00	100,00%
TOTAL	832 169,33	766 778,20	65 391,13	8,53%

1.3. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31/dez/20	31/dez/19	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	0	0	0,00%
Prestações de serviços	443 552,72	452 901,37	-9 348,65	-2,06%
Variações nos inventários de produção	0,00	0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00%
Subsídios, doações e legados à exploração	339 953,93	320 096,53	19 857,40	6,20%
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	10 945,74	9 785,17	1 160,57	11,86%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	794 452,39	782 783,07	11 669,32	1,49%

Foram concedidos à Fundação os seguintes subsídios, doações e legados à exploração:

SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	31/dez/20	31/dez/19
ISS, IP Centro distrital de Santarém - Acordos de cooperação	329 166,17	313 962,51
IEFP - Estágios	-	-
POPH - Formação	-	-
Outros subsídios	-	-
Donativos	10 787,76	6 517,18
TOTAL	339 953,93	320 479,69

1.4. No exercício em análise a organização obteve os seguintes resultados:

RESULTADOS	31/dez/20	31/dez/19	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	-16 064,48	36 277,28	-52 341,76	-144,28%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-37 716,94	16 004,87	-53 721,81	-335,66%
Resultado financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00%
Resultado antes de impostos	-37 716,94	16 004,87	-53 721,81	-335,66%
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período	-37 716,94	16 004,87	-53 721,81	-335,66%

1.5. A entidade verificou a seguinte evolução dos fundos patrimoniais:

FUNDO PATRIMONIAL	31/dez/20	31/dez/19	Δ Valor	Δ %
Fundos	261 505,79	261 505,79	0,00	0,00%
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras reservas	0,00	0,00	0,00	0,00%
Resultados transitados	635 126,93	619 122,06	16 004,87	2,59%
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	14 013,97	15 075,66	-1 061,69	-7,04%
Resultado líquido do período	-37 716,94	16 004,87	-53 721,81	-335,66%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da atividade

A atividade terá um incremento em virtude da atualização das mensalidades dos utentes da “Estrutura Residencial para Idosos”.

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

4.1. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/20	31/dez/19
Debt to equity (estrutura financeira)	Passivo total / Fundo de capital	0,14	0,14
Endividamento global	Ativo total / Passivo total	8,29	8,36
Solvabilidade	Fundo Patrimonial/ Passivo total	7,29	7,36
Autonomia financeira	Fundo de Capital / Ativo	0,88	0,88

4.2. A análise da liquidez (equilíbrio financeiro) é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31/dez/20	31/dez/19
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	4,41	4,51
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	4,40	4,50
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	4,19	4,32

5. Dívidas à Administração Fiscal, à Segurança Social e a outras entidades

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública. Quanto às entidades privadas estão a ser cumpridos os prazos de pagamento.

6. Estrutura do quadro de pessoal

ESTRUTURA DO QUADRO DE PESSOAL	31/dez/20	31/dez/19
Contratos a termo	8	8
Contratos sem termo	35	35
TOTAL	43	43

7. Despesas com pessoal e administração

As despesas com pessoal e administração, face ao rendimento global, apresentam a seguinte relação:

Fórmula	31/dez/20	31/dez/19
Despesas com pessoal e administração / Rendimentos anuais	0,67	0,60

8. Alienação de bens que integram o património inicial da Fundação

Não foi efetuada qualquer alienação de bens que integram o património inicial da Fundação.

9. Aplicação de resultados

Face ao exposto anteriormente, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 37,716,94 € negativos (Trinta e sete mil, setecentos e dezasseis euros e noventa e quatro centimos) seja concretizado em resultados transitados.

10. Considerações Finais

Existiram condicionalismos nacionais de que são exemplo: a pandemia provocada pelo Covid-19, a redução de rendimentos das pessoas e da redução de juros em aplicações financeiras detidas pela instituição.

No decorrer deste ano o Conselho de Administração procurou fazer uma gestão rigorosa e cuidada de acordo com o cumprimento dos estatutos e testamento do fundador.

11. Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece a colaboração prestada por todos os funcionários e demais parceiros que com ela se relacionaram.

Praia do Ribatejo, 15 de Abril de 2021

O Conselho de Administração

Francisco Santini da Cruz Pires (Assinatura)

Maria do Carmo de Jesus Nascimento (Assinatura)

João Santos Abade (Assinatura)

FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ

Anexo

2020

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Activos Fixos Tangíveis.....	9
6	Inventários	11
7	Rédito	11
8	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
9	Benefícios dos empregados	12
10	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	12
11	Outras Informações.....	12
11.1	Investimentos Financeiros	12
11.2	Clientes e Utentes	13
11.3	Outras contas a receber.....	13
11.4	Caixa e Depósitos Bancários	13
11.5	Fundos Patrimoniais.....	14
11.6	Fornecedores	14
11.7	Estado e Outros Entes Públicos.....	14
11.8	Outras Contas a Pagar	15
11.9	Subsídios, doações e legados à exploração	15
11.10	Fornecimentos e serviços externos.....	15
11.11	Outros rendimentos e ganhos	16
11.12	Outros gastos e perdas	16
11.13	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

Fundação Dr. Francisco Cruz
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2020
 (Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.20</u>	<u>31.Dez.19</u>
Activo			
Activos fixos tangíveis	4	450 531,09	463 773,01
Propriedades de investimento	5	8 514,93	8 514,93
Activos intangíveis	6	-	-
Activos biológicos	7	-	-
Participações financeiras - método eq. patrimonial	8	-	-
Participações financeiras - outros métodos	9	-	-
Accionistas / sócios	10	-	-
Outros activos financeiros	11	5 181,91	4 118,69
Activos por impostos diferidos	12	-	-
Total dos Activos Não Correntes		<u>464 227,93</u>	<u>476 406,63</u>
Inventários	13	1 369,74	1 813,83
Activos biológicos	7	-	-
Clientes	14	14 486,99	15 355,74
Adiantamentos a fornecedores	15	-	-
Estado e outros entes públicos	16	3 646,47	4 714,80
Accionistas / sócios	10	-	-
Outras contas a receber	17	6 297,89	1 954,43
Diferimentos	18	388,17	-
Activos financeiros detidos para negociação	19	40 000,00	40 000,00
Outros activos financeiros	20	-	-
Activos não correntes detidos para venda	21	-	-
Caixa e depósitos bancários	22	462 327,02	495 324,41
Total dos Activos Correntes		<u>528 516,28</u>	<u>559 163,21</u>
		<u>992 744,21</u>	<u>1 035 569,84</u>
Capitais Próprios			
Fundos	23	261 505,79	261 505,79
Ações (quotas) próprias		-	-
Outros instrumentos de capital próprio	24	-	-
Prémios de emissão		-	-
Reservas legais	25	-	-
Outras reservas		-	-
Resultados transitados	26	635 126,93	619 122,06
Ajustamentos em activos financeiros		-	-
Excedentes de revalorização	27	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	28	14 013,97	15 075,66
Resultado líquido do exercício		(37 716,94)	16 004,87
Total dos Capitais Próprios		<u>872 929,75</u>	<u>911 708,38</u>
Passivo			
Provisões	29	-	-
Financiamentos obtidos	30	-	-
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		-	-
Passivos por impostos diferidos	12	-	-
Outras contas a pagar	31	-	-
Total dos Passivos Não Correntes		<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores	32	17 222,25	26 006,07
Adiantamento de clientes	33	11 330,45	14 130,99
Estado e outros entes públicos	16	14 918,88	12 341,29
Accionistas / sócios	10	-	-
Financiamentos obtidos	30	-	-
Outras contas a pagar	34	74 401,30	69 462,00
Diferimentos	28	1 941,58	1 921,11
Outros passivos financeiros	34	-	-
Total dos Passivos Correntes		<u>119 814,46</u>	<u>123 861,46</u>
Total do Passivo		<u>119 814,46</u>	<u>123 861,46</u>
		<u>992 744,21</u>	<u>1 035 569,84</u>

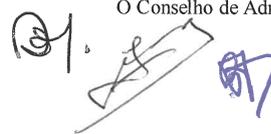
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2020

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Fundação Dr. Francisco Cruz

**Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020**

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.20</u>	<u>31.Dez.19</u>
Vendas de mercadorias	35	-	-
Prestação de serviços	35	443 552,72	452 901,37
Subsídios à exploração	36	339 953,93	320 096,53
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	37	-	-
Variação nos inventários da produção	38	-	-
Trabalhos para a própria entidade	39	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	40	(69 333,77)	(67 107,58)
Fornecimentos e serviços externos	41	(212 312,28)	(212 454,05)
Gastos com o pessoal	42	(528 478,29)	(466 624,27)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 e 17	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	29	-	-
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	43	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	44	-	-
Outros rendimentos e ganhos	45	10 945,74	9 785,17
Outros gastos e perdas	46	<u>(392,53)</u>	<u>(319,89)</u>
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(16 064,48)	36 277,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	47	(21 652,46)	(20 272,41)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	48	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(37 716,94)	16 004,87
Juros e rendimentos similares obtidos	49	-	-
Juros e gastos similares suportados	49	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes de impostos		(37 716,94)	16 004,87
Imposto sobre o rendimento do período	16	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado líquido do período		<u>(37 716,94)</u>	<u>16 004,87</u>
Resultado por acção básico		<u>-</u>	<u>-</u>

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2020

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Fundação Dr. Francisco Cruz
Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.20</u>	<u>31.Dez.19</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		443 544,43	459 013,62
Pagamentos a fornecedores		(221 096,10)	(207 889,68)
Pagamentos ao pessoal		(525 728,09)	(465 915,39)
Caixa gerada pelas operações		<u>(303 279,76)</u>	<u>(214 791,45)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		277 741,79	241 421,48
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>(25 537,97)</u>	<u>26 630,03</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(8 410,54)	(8 233,39)
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
		<u>(8 410,54)</u>	<u>(8 233,39)*</u>
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		951,12	-
Dividendos		-	-
		<u>951,12</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>(7 459,42)</u>	<u>(8 233,39)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>-</u>	<u>-</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(32 997,39)</u>	<u>18 396,64</u>
Efeito das diferenças de câmbio		<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>495 324,41</u>	<u>476 927,77</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período		<u>462 327,02</u>	<u>495 324,41</u>

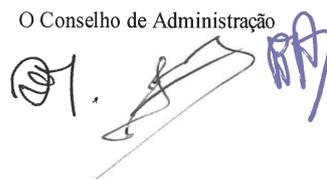
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vila Nova Barquinha, 31 de Dezembro de 2020

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



1 Identificação da Entidade

A “FUNDAÇÃO DR. FRANCISCO CRUZ” é uma instituição particular sem fins lucrativos, fundação de solidariedade social, criada no cumprimento de disposição testamentária de Dr. Francisco Cruz, elaborada e aprovada em 17 de novembro de 1962 no 2º Cartório da Secretaria Notarial de Évora, com sede em Rua Dr. Francisco da Cruz, 2260 – 226 Praia do Ribatejo. NIF 500122229.

Desenvolve a sua atividade nas seguintes respostas sociais: Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia e Apoio domiciliário.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou

inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

3.2.3 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um efluxo que seja razoavelmente estimado.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir efluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos

fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor – Autoridade Tributária e Aduaneiras, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-19
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	84 179,79	-	-	-	-	84 179,79
Edifícios e outras construções	603 325,75	-	-	-	-	603 325,75
Equipamento básico	129 628,43	8 372,22	-	-	-	138 000,65
Equipamento de transporte	66 524,19	-	-	-	-	66 524,19
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	170 806,25	2 886,31	-	-	-	173 692,56
Outros activos fixos tangíveis	26 292,91	1 388,89	-	-	-	27 681,80
Investimentos em curso	3 356,84	-	-	-	-	3 356,84
	<u>1 084 114,16</u>	<u>12 647,42</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 096 761,58</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	241 637,84	12 957,45	-	71,97	-	254 667,26
Equipamento básico	116 518,83	5 125,59	-	1 012,82	-	122 657,24
Equipamento de transporte	66 524,16	-	-	-	-	66 524,16
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	165 663,30	1 706,72	-	-	-	167 370,02
Outros activos fixos tangíveis	21 759,23	482,65	-	(471,99)	-	21 769,89
	<u>612 103,36</u>	<u>20 272,41</u>	<u>-</u>	<u>612,80</u>	<u>-</u>	<u>632 988,57</u>
31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-20	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-20
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	84 179,79	-	-	-	-	84 179,79
Edifícios e outras construções	603 325,75	-	-	-	-	603 325,75
Equipamento básico	138 000,65	6 426,13	-	-	-	144 426,78
Equipamento de transporte	66 524,19	-	-	-	-	66 524,19
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	173 692,56	1 093,14	-	-	-	174 785,70
Outros activos fixos tangíveis	27 681,80	891,27	-	-	-	28 573,07
Investimentos em curso	3 356,84	-	-	-	-	3 356,84
	<u>1 096 761,58</u>	<u>8 410,54</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 105 172,12</u>
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	254 667,26	12 957,45	-	-	-	267 624,71
Equipamento básico	122 657,24	6 158,65	-	-	-	128 815,89
Equipamento de transporte	66 524,16	-	-	-	-	66 524,16
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	167 370,02	1 896,05	-	-	-	169 266,07
Outros activos fixos tangíveis	21 769,89	640,31	-	-	-	22 410,20
	<u>632 988,57</u>	<u>21 652,46</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>654 641,03</u>

Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2019 e 2020, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2019						
	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-19
Propriedade investimento - Terrenos	8 514,93	-	-	-	-	8 514,93
Propriedade investimento - Edifícios	467,02	-	-	-	-	467,02
Propriedade investimento - Depreciações Acumuladas	(467,02)	-	-	-	-	(467,02)
	<u>8 514,93</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 514,93</u>
31 de Dezembro de 2020						
	Saldo em 01-Jan-20	Aquisições / Dotações	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-Dez-20
Propriedade investimento - Terrenos	8 514,93	-	-	-	-	8 514,93
Propriedade investimento - Edifícios	467,02	-	-	-	-	467,02
Propriedade investimento - Depreciações Acumuladas	(467,02)	-	-	-	-	(467,02)
	<u>8 514,93</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8 514,93</u>

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019				2020		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1,193.64	66,487.39	0.00	1,813.83	68,889.68	0.00	1,369.74
Produtos acabados e intermédios	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Produtos e trabalhos em curso	0.00		0.00	0.00		0.00	0.00
Total	1,193.64	66,487.39	0.00	1,813.83	68,889.68	0.00	1,369.74
Custo Mat. Consumidas	67,218.21			67,107.58			69,333.77

7 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2020
Vendas	0.00	0.00
Prestação de Serviços		
Mensalidades / utentes - clientes	452,901.37	443,552.72
Quotas e joias	0.00	0.00
Promoções para captação de recursos	0.00	0.00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0.00	0.00
Juros	1,285.28	951.12
Royalties	0.00	0.00
Dividendos	0.00	0.00
Total	454,186.65	444,503.84

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2019	2020
Subsídios do Governo		
ISS-IP Cto Distrital Santarém	320,901.37	325,000.98
Apoios do Governo		
IEFP	0.00	0.00
Total	320,901.37	325,000.98

9 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço em 31/12/2019 foi de 43 e em 31/12/2020 foi de 43.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0.00	0.00
Remunerações ao pessoal	377,989.31	428,632.70
Benefícios Pós-Emprego	0.00	0.00
Indemnizações	0.00	0.00
Encargos sobre as Remunerações	84,266.21	95,080.92
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	4,061.25	4,634.67
Gastos de Ação Social	0.00	0.00
Outros Gastos com o Pessoal	307.50	130.00
Total	466,624.27	528,478.29

10 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2020
Investimentos em subsidiárias	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em associadas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0.00	0.00
Método de Equivalência Patrimonial	0.00	0.00
Outros Métodos	0.00	0.00
Investimentos noutras empresas	0.00	0.00
Outros investimentos financeiros	4,118.69	5,181.91
Perdas por Imparidade Acumuladas	0.00	0.00

Total	4,118.69	5,181.91
--------------	-----------------	-----------------

11.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2019	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0.00	0.00
Utentes	15,532.80	14,664.05
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes	0.00	0.00
Clientes e Utentes Adiantamentos		
Clientes		
Utentes	-14,333.05	-11,330.45
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	1,199.75	3,333.60

Nos períodos de 2019 e 2020 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2019	2020
Clientes		
Utentes	0,00	177.06
Total	0,00	177,06

11.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	0.00	0.00
Adiantamentos ao pessoal	808.47	700.39
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0.00	0.00
Devedores por acréscimos de rendimentos	1,120,96	5,597.50
Outras operações	0.00	0.00
Outros Devedores	25.00	0.00
Perdas por Imparidade	0.00	0.00
Total	1,954.43	6,927.89

11.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2019 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2020
Caixa	2,038.87	1,672.65
Depósitos à ordem	166,035.54	233,404.37
Depósitos a prazo	327,250.00	227,250.00
Outros		

Total	495,324.41	462,327.02
--------------	-------------------	-------------------

11.5 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações durante o ano de 2020:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	261,505.79	0.00	0.00	261,505.79
Excedentes técnicos	0.00	0.00	0.00	0.00
Reservas	0.00	0.00	0.00	0.00
Resultados transitados	619,122.06	16,004.87	0.00	635,126.93
Excedentes de revalorização	0.00	0.00	0.00	0.00
Outras variações nos fundos patrimoniais	15,075.66	0.00	-1,061.69	14,013.97
Total	895,703.51	16,004.87	-1,061.69	910,646.69

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Fornecedores c/c	26,006.07	17,222.25
Fornecedores títulos a pagar	0.00	0.00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0.00	0.00
Total	26,006.07	17,222.25

O saldo da rubrica de “Adiantamento a Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Adiantamento a Fornecedores	0.00	0.00
Total	0.00	0.00

Estes adiantamentos estão explicados na rubrica resultados transitados.

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4,569.40	3,434.29
Outros Impostos e Taxas	145.40	212.18
Total	4,714.80	3,646.47
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0.00	0.00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	649.75	0.00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.660.84	3.134.00
Segurança Social	10,030.70	11,784.88
Outros Impostos e Taxas	0.00	0.00
Total	12,341.29	14,918.88

11.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0.00		0.00
Cauções	0.00		0.00	
Outras operações		0.00		0.00
Perdas por imparidade acumuladas		0.00		0.00
Fornecedores de Investimentos		4,028.21		4,028.21
Credores por acréscimo de gastos		62,540.93		68,145.31
Outros credores		2,892.86		1,856.28
Total	0.00	69,462.00	0.00	74,401.30

11.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2020, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	313,579.35	329,166.17
Subsídios de outras entidades	0.00	0.00
Doações e heranças	6,517.18	10,787.76
Legados	0.00	0.00
Total	320,096.53	339,953.93

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

11.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2019	2020
Subcontratos	0.00	0.00
Serviços especializados	102,763.39	93,987.05
Materiais	20,570.49	11,443.91
Energia e fluidos	53,133.78	59,134.17
Deslocações, estadas e transportes	13,591.80	7,732.32
Serviços diversos	22,394.59	40,014.83
Total	212,454.05	212,454.05

11.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Rendimentos Suplementares	2,940.31	1,655.61
Descontos de pronto pagamento obtidos	0.00	0.00
Recuperação de dívidas a receber	0.00	0.00
Ganhos em inventários	0.78	0.00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0.00	0.00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4,314.00	7,277.32
Outros rendimentos e ganhos	2,530.08	1,859.77
Total	9,785.17	10,945.74

11.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2020
Impostos	47.47	47.47
Descontos de pronto pagamento concedidos	0.00	0.00
Dívidas incobráveis	0.00	0.00
Perdas em inventários	2.42	1.35
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0.00	0.00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0.00	0.00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0.00	0.00
Outros Gastos e Perdas	270.00	343.71
Total	319.89	392.53

11.13 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Praia do Ribatejo, 31 de Dezembro de 2020

Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

Dr. Francisco Santos de Cruz Dr. Luís Teófilo

Dr. Francisco Santos de Cruz Dr. Luís Teófilo

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos das disposições legais e estatutárias vem o Conselho Fiscal apresentar o seu Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas que lhe são submetidas pelo Conselho de Administração da Fundação Dr. Francisco Cruz, relativos ao ano de 2020.

O Conselho Fiscal acompanhou, pontualmente, devido à pandemia, a atividade do Conselho de Administração no cumprimento da sua ação fiscalizadora, verificando que a aplicação dos rendimentos se realizou de harmonia com os fins estatutários.

Acompanhamos à distância a atividade da organização pelo que queremos demonstrar, inequivocamente, e de forma sentida, a dedicação de todos colaboradores da Fundação que permitiram não existir infeções de Covid19 na Instituição bem como minimizar a falta de contacto entre os utentes e seus familiares.

Consideramos, portanto, o desempenho e a entrega de todos de Excelente. Relativamente aos documentos de prestação de contas – Relatório de Conselho de Administração, Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo – verificou o Conselho Fiscal que satisfaziam os preceitos legais aplicáveis.

O Relatório do Conselho de Administração é esclarecedor da ação desenvolvida e dos resultados alcançados e está em conformidade com as contas apresentadas. Embora apresente resultados negativos relevamos a situação, excecional, que vivemos. Certo que as despesas, obviamente, aumentarem, com especial enfoque no pagamento de trabalho suplementar o que se explica pelo esforço hercúleo dos trabalhadores e dirigentes.

O Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou deliberação que fosse contrária às normas vigentes.

Assim, é parecer do Conselho Fiscal aprovar o Relatório do Conselho de Administração e as Contas referentes ao exercício de 2020.

Praia do Ribatejo, 6 de Maio de 2021



reine
leite
Morgado